



Estado do Rio Grande do Norte
Câmara Municipal de Natal | Palácio Padre Miguelinho
GABINETE DA VEREADORA AMANDA GURGEL

Vereadora
Amanda Gurgel 

Folha. _____
Número. _____
CMNat - Projeto de Lei
CMNat - Projeto de Lei
Número. 022/15
Folha. 16A

Excelentíssimo Senhor Vereador Klaus Araújo

Relator do parecer do PL nº 22/2015 na Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

Parecer

O respeitável vereador Klaus Araújo em seu parecer aponta a inconstitucionalidade do Projeto de Lei 022/2015, apresentado pela Vereadora Amanda Gurgel, cujo conteúdo visa dar gratuidade do transporte para mulheres vítimas de violência. O ilustre membro da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final deu parecer pugnando pela inadmissibilidade jurídica do PL por adentrar em matéria cuja iniciativa é reservada ao Poder Executivo.

Data máxima vênia, apontar-se-á no presente parecer um ponto de vista distinto. O respeitável parecer parte da premissa de que não compete por iniciativa própria da Câmara de Vereadores "estabelecer o que o Poder Executivo vai ou deve fazer (...)". Fundamenta o respeitável entendimento com base em vários julgados do Supremo Tribunal Federal. A principal fundamentação passaria pela divisão de poderes. No sentido que de não caberia ao legislativo tomar iniciativas "que invadem a esfera típica administrativa".

Todavia, o projeto específico é distinto das respeitáveis jurisprudências colecionadas no voto do Relator. O respeitável voto embora coleciona um farto número de decisões não chega a apresentar conexão com o caso concreto.

A iniciativa legislativa em tela trata da gratuidade de transporte para mulheres vítimas de violência. Não se trata de uma decisão administrativa. Trata-se de uma definição legislativa de se ter

CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
Rua Jundiá, 546, Tirol, Natal/RN
(84) 3232.9430 / (84) 9916.3914
professora.amandagurgel@gmail.com



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
GABINETE DA VEREADORA AMANDA GURGEL**

uma política pública focada no problema crônico de violência contra as mulheres. Diariamente mulheres são vítimas de violência, e precisam recompor suas vidas, buscar amparo, e muitas vezes são obrigadas a sair de suas casas em decorrência desta violência. O que está em questão não é um simples problema administrativo. Mas sim um problema social muito mais complexo, cuja competência está abarcada no arco de atribuições da Câmara de vereadores.

A Constituição Federal no Art. 30 determina o que compete aos Municípios Legislar. Dentre as atribuições encontra-se:

Art. 30. Compete aos Municípios:

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

No Art. 61 da Constituição Federal trata dos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República. No caso em tela aplica-se a Lei Orgânica Municipal, no seu art. 39 § 1º estabelece que:

Art. 39 - A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e a cinco por cento do eleitorado registrado na última eleição.

§ 1º - É de competência privada do Prefeito a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre as matérias constantes dos incisos I, II, III, VI, VIII, IX e X, do artigo 21, desta lei.

O Projeto de passe livre para as mulheres vítimas de violência não trata de nenhum dos temas previstos nos incisos I, II, III, VI, VIII, IX e X do Art. 21 da Lei Orgânica de Natal, que são os seguintes:

Art. 21 - Compete á Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no Art.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
GABINETE DA VEREADORA AMANDA GURGEL**

22, Inciso III, legislar sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e aplicação de rendas;

II - Plano Plurianual de Investimentos, Diretrizes Orçamentárias, Orçamento Anual, operações de crédito e dívida pública;

III - fixação e modificação do efeito da Guarda Municipal;

VI - concessão de isenção e anistia fiscal e remissão de dívida e de crédito tributário;

VIII - criação, transformação e extinção de cargo, de emprego e de função pública, inclusive a fixação de seu efetivo e dos vencimentos e das vantagens;

IX - criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e dos órgãos da administração direta e indireta do Município, correspondendo autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades economia mista;

X - matéria financeira e orçamentária;

O PL de autoria da Vereadora Amanda Gurgel não trata de sistema tributário, nem de Diretrizes Orçamentárias, nem de anistia fiscal, nem de criação ou extinção de cargo público ou fixação de vencimentos ou vantagens, tampouco de estruturação de secretarias municipais ou de matéria financeira ou orçamentária. Institui, na realidade, uma prerrogativa transitória às mulheres vítimas de violência doméstica uma norma geral de utilidade pública.

Além disso, o rol de matérias de projetos de lei cuja a iniciativa do Prefeito é taxativa, não podendo ser interpretado de maneira expansiva, genérica ou abstrata, com faz o Nobre Vereador em seu parecer, sob pena de se invadir a competência do parlamento e, assim, ferir a separação entre os poderes.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
GABINETE DA VEREADORA AMANDA GURGEL**

O Projeto de passe livre para as mulheres vítimas de violência trata-se daquilo que o Art. 21 definiu no inciso XI, ou seja, é uma norma geral sobre exploração de serviço público e de utilidade pública, não sendo esta matéria de iniciativa privativa do Chefe do Executivo Municipal.

Cumprido, portanto, observar que A LEGISLAÇÃO QUE TRATA DE TRANSPORTE URBANO COLETIVO, as normas gerais de sua exploração e, INCLUSIVE, A CONCESSÃO DE GRATUIDADES é de competência da Câmara Municipal e NÃO SE ENQUADRA DENTRE AS MATÉRIAS QUE, TAXATIVAMENTE, A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DEFINE, NO ART. 39, §1º COMO SENDO OBJETO DE PROJETO DE LEI DE INICIATIVA PRIVATIVA DO PREFEITO.

Além disso, em seu parecer o Nobre Vereador coleciona uma série de jurisprudência para tentar fundamentar seu posicionamento de que o PL aqui debatido incorre em vício de iniciativa e sequer poderia ser autorizativo. Da simples observação destas jurisprudências contidas no parecer verifica-se que as mesmas não têm qualquer relação com gratuidade em transporte público para mulheres vítimas de violência e o questionamento de vício de iniciativa tem relação com regras específicas dos municípios e estados envolvidos e suas Constitucionais Estaduais. Vejamos.

A primeira jurisprudência destacada trata de uma ADIN (ação direta de inconstitucionalidade) diante de uma lei municipal autorizativa da cidade de Conceição da Barra no Espírito Santo. A lei nº 2.111/2001 autorizava o Prefeito a conceder bolsas de estudos a alunos carentes no ensino médio profissionalizante e superior. A Lei foi julgada inconstitucional fundamentalmente não por seu caráter autorizativo, mas sim pelo fato da mesma afrontar a Constituição Estadual uma vez que esta define que os entes municipais atuaram no ensino público fundamental e pré-escolar e as bolsas eram para aluno no segundo grau, superior e até na iniciativa privada, além disso não tinha dotação orçamentária suficiente.

Outro julgado utilizado como fundamento diz respeito a uma Lei do Município de Catanduva que cria o "disque-ronda escola". Esta lei foi julgada inconstitucional porque criou uma despesa sem indicação da respectiva fonte de custeio. Isso não é o que ocorre no nosso projeto, pois apontamos que as despesas oriundas da lei correrão por conta dos recursos disponíveis para o Programa de Proteção Social às Mulheres da SEMUL.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
GABINETE DA VEREADORA AMANDA GURGEL**

Analisando a outra jurisprudência tem-se haver vício de iniciativa, uma vez que a lei municipal criou conselho municipal, o que é taxativamente prerrogativa do Prefeito pela Constituição do Estado de São Paulo.

E sobre a jurisprudência que trata de lei que estabeleceu gratuidade para as pessoas portadoras de deficiência no município de São Sebastião em São Paulo o vício de iniciativa esta relacionado com regras da Constituição Estadual.

No presente caso nenhum das jurisprudências pode ser aplicada de forma automática, uma vez que os vícios de iniciativa apresentados nas mesmas não têm nenhuma relação com a gratuidade temporária das mulheres vítimas de violência..

O presente PL visa efetivar a aplicação da Lei Maria da Penha, uma vez que garante o direito ao acesso a justiça (art. 3º, caput) como a liberdade de deslocamento das mulheres para delegacias, defensoria pública, ministério público, casa abrigo, ITEP, bem como é uma forma do poder público desenvolver uma ação que prime pelos direitos humanos das mulheres resguardando-as e apoiando-as contra toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (art. 3º, §1º)

Diante do exposto, convidamos o Nobre Vereador Klaus Araújo e a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a reverem seu posicionamento, visto que estamos diante de um grave problema social sobre o qual a Câmara dos Vereadores de Natal pode ter incidência e cuja matéria em discussão não encontra qualquer impedimento legal, conforme observamos no presente parecer.]

Natal, 22 de agosto de 2016.

Amanda Gurgel de Freitas

(Vereadora)

Bruno Colares Soares Figueiredo Alves



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
GABINETE DA VEREADORA AMANDA GURGEL**

OAB-SP 294.272